



PREPARATÓRIO ESPECÍFICO

GOCM

CRISTALINA

2024



MATÉRIA: DIREITO CONSTITUCIONAL

ASSUNTO: Da segurança pública

1. INTRODUÇÃO

Fala, Caveira, tudo joia? Bem, espero que sim! Então, nessa aula iremos estudar sobre SEGURANÇA PÚBLICA, que é um assunto muito importante e que despenca em provas.

2. DA SEGURANÇA PÚBLICA

Segundo Silva (2008, p. 780) a segurança pública, consiste em **“uma situação de preservação ou restabelecimento dessa convivência social que permite que todos gozem de seus direitos e exerçam suas atividades sem perturbação de outrem, salvo nos limites de gozo e reivindicação de seus próprios direitos e defesa de seus legítimos interesses”**.

É considerada um processo sistêmico, pela necessidade da integração de um conjunto de conhecimentos e ferramentas estatais que devem interagir a mesma visão, compromissos e objetivos.

A segurança deve ser exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por meio de atuação conjunta, coordenada, sistêmica e integrada dos órgãos de segurança pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, em articulação com a sociedade, onde acaba sendo **dever do Estado, direito e responsabilidade de todos**.

O art. 144 da CF/1988 determina que a segurança pública:

- É dever do Estado;
- É direito e responsabilidade de todos;
- E será exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

A política de segurança será implementada por dois tipos de polícia:

1° polícia administrativa: que é preventiva, ou ostensiva, e visa evitar que os fatos criminosos se efetivem.

2° polícia judiciária: responsável pela investigação, atua de modo repressivo, após a ocorrência do ilícito.

Professor pode nos dá a definição de Polícia Judiciária?

Claro! A **Polícia Judiciária** é uma das funções, de alguns dos Órgãos de Segurança Pública do Estado, que tem como principal função apurar as infrações penais civis e militares e sua autoria por meio da investigação policial, instrumentalizado pelo Inquérito Policial, que é um procedimento administrativo com característica inquisitiva.

Ou seja, a **polícia judiciária** “é aquela que se destina principalmente a reprimir as infrações penais (crimes e contravenções) e apresentar os infratores à Justiça, para a necessária punição”, ressalvando-se as militares (art. 144, §§ 1º e 4º da Constituição Federal).

Professor pode nos dá a definição Polícia Administrativa?

Sim! apesar de ter algumas variações, a polícia administrativa tem sido definida como **função da administração destinada a assegurar o bem-estar geral, impedindo através de ordens, proibições e apreensões**, o exercício antissocial dos direitos individuais, o uso abusivo da propriedade ou a prática de atividades prejudiciais à sociedade e ao meio ambiente.

A polícia administrativa manifesta-se no conjunto de órgãos e serviços públicos incumbidos de fiscalizar, controlar e impor limites às liberdades individuais (não aos indivíduos) que se revelem contrárias, inconvenientes ou nocivas ao interesse público ou social, no tocante à segurança, à higiene, à saúde pública, à moralidade, ao sossego, aos transportes, às diversões públicas, às posturas urbanas e até mesmo à estética urbana.

Os órgãos indicados pela Constituição como encarregados pela segurança pública são os seguintes:

1. Polícia Federal
2. Polícia Rodoviária Federal
3. Polícia Ferroviária Federal
4. Polícias Civis
5. Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares
6. Polícias Penais Federal, Estaduais e Distrital

Segundo o STF, o rol do art. 144: é **TAXATIVO**.

Professor o que é um rol taxativo?

O rol taxativo é aquele em que serão cobertos apenas os procedimentos mencionados no conjunto, **não havendo possibilidade de abranger tratamentos similares**, mas que não estejam presentes na lista. Ou seja, é aquele que não pode

acrescentar mais nada, por exemplo os órgãos da segurança pública são APENAS os que estão descritos no art. 144 e pronto.

De acordo com os tribunais superiores o exercício do direito de greve é **vedado** aos **integrantes de todas as carreiras policiais enunciadas no art. 144 da CF**, o que significa que não podem fazer greve os seguintes órgãos:

1. Polícia Federal
2. Polícia Rodoviária Federal
3. Polícia Ferroviária Federal
4. Polícias Civis
5. Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares
6. Polícias Penais Federal, Estaduais e Distrital

O § 1º diz que: **A POLÍCIA FEDERAL**, instituída por lei como **ÓRGÃO PERMANENTE**, organizado e mantido pela **UNIÃO** e estruturado em carreira, destina-se a:

I. - Apurar infrações penais **contra a ORDEM POLÍTICA e SOCIAL** ou em detrimento de bens, serviços e interesses da **União** ou de suas entidades **AUTÁRQUICAS** e **EMPRESAS PÚBLICAS**, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão **INTERESTADUAL** ou **INTERNACIONAL** e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.

II. - **PREVENIR** e **REPRIMIR** o **tráfico ilícito** de entorpecentes e drogas afins, o **contrabando** e o **descaminho**, **sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência**;

III.- **EXERCER** as funções de **polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras**.

IV.- **EXERCER**, com **EXCLUSIVIDADE**, as funções de **POLÍCIA JUDICIÁRIA DA UNIÃO**.

Obs.: nas provas as bancas costumam trocar **EXCLUSIVIDADE** por **EXCLUSIVAMENTE**, e isso está errado, o certo é **EXCLUSIVIDADE**.

No inciso I, perceba que são só autarquias e EP, não inclui as SEM nem **FUNDAÇÕES**.

§ 2º **A POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL**, órgão **permanente**, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao **PATRULHAMENTO OSTENSIVO DAS RODOVIAS FEDERAIS**.

§ 3º A **POLÍCIA FERROVIÁRIA FEDERAL**, **órgão permanente**, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao **PATRULHAMENTO OSTENSIVO DAS FERROVIAS FEDERAIS**.

§ 4º Às **POLÍCIAS CIVIS**, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, **RESSALVADA a competência da União**, as **funções de polícia judiciária** e a **apuração de infrações penais**, **EXCETO as militares**.

Obs. A repressão do Tráfico de drogas e entorpecentes no **ÂMBITO ESTADUAL** é da PC, já a repressão do Tráfico de drogas e entorpecentes no **ÂMBITO INTERESTADUAL E INTERNACIONAL** é da PF.

§ 5º Às **POLÍCIAS MILITARES** cabem a **POLÍCIA OSTENSIVA** e a **PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA**; aos **corpos de bombeiros militares**, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de **DEFESA CIVIL**.

DEFESA CIVIL-> bombeiros militares

PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA-> polícias militares

§ 5º-A. ÀS **POLÍCIAS PENAIS, VINCULADAS** ao **ÓRGÃO ADMINISTRADOR DO SISTEMA PENAL** da **UNIDADE FEDERATIVA** a que pertencem, cabe a **segurança dos estabelecimentos penais**.

As policias penais são **VINCULADAS** ao **ÓRGÃO ADMINISTRADOR DO SISTEMA PENAL** da **UNIDADE FEDERATIVA**.

§ 6º As **POLÍCIAS MILITARES** e os **CORPOS DE BOMBEIROS MILITARES**, **forças auxiliares e reserva do Exército SUBORDINAM-SE, JUNTAMENTE** com as **polícias CIVIS** e as **polícias PENAIS ESTADUAIS E DISTRITAL**, aos **GOVERNADORES** dos estados, do Distrito Federal e dos **Territórios**.

Quem são forças auxiliares e reserva do Exército?	Quem subordina-se aos Governadores?
PM e CBM	PM e CBM
	PC e PP

§ 9º A **remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos** relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39.

O parágrafo § 4º do art. 39: Fala que será remunerado **exclusivamente** por subsídio fixado em parcelada única **vedado qualquer tipo de gratificação, abono etc...**

GUARDAS MUNICIPAIS

Destinados à proteção de seus bens, serviços e instalações (incolumidade do patrimônio municipal).

Direito à aposentadoria especial

Aposentadoria especial é aquela cujos requisitos e critérios exigidos do beneficiário são mais favoráveis que os estabelecidos normalmente para as demais pessoas. A CF/88 prevê que os servidores que exerçam atividades de risco têm direito à aposentadoria especial, segundo requisitos e condições previstas em lei complementar (art. 40, § 4º, II, “b”).

Diante da ausência de legislação específica, não cabe ao Poder Judiciário garantir aposentadoria especial (art. 40, § 4º, II, da CF/88) às guardas municipais.

A aposentadoria especial não pode ser estendida aos guardas civis, uma vez que suas atividades precípuas não são inequivocamente perigosas e, ainda, pelo fato de não integrarem o conjunto de órgãos de segurança pública relacionados no art. 144, I a V, da CF/88.

É válida a prisão em flagrante efetuada por guarda municipal?

R.: SIM. Conforme prevê o art. 301 do CPP, qualquer pessoa pode prender quem esteja em flagrante delito. Desse modo, não existe óbice à prisão em flagrante realizada por guardas municipais, não havendo, portanto, que se falar em prova ilícita.

COMO FICA O PORTE DOS POLICIAIS E GUARDAS APOSENTADOS?

O Decreto nº 9.847/2019 permite que os integrantes das policiais, guardas municipais, ABIN etc. continuem a ter o porte de arma mesmo depois de aposentados.

Deve-se fazer, contudo, uma explicação.

O policial, guarda municipal etc, quando se aposenta, perde direito ao porte de arma que tinha quando era da ativa. Isso porque o porte como policial da ativa está condicionado ao efetivo exercício das funções institucionais. Logo, ao se aposentar ele perde automaticamente o porte e terá que devolver a arma da corporação.

No entanto, o art. 30 do Decreto nº 9.847/2019 permite que o aposentado conserve a autorização de porte de arma de fogo de sua propriedade (arma de fogo particular — a funcional deve ser devolvida), desde que cumpridos alguns requisitos, como se submeter a testes de avaliação psicológica, realizados de 10 em 10 anos.

3. JURISPRUDÊNCIA

As guardas municipais são reconhecidamente órgãos de segurança pública e aquelas devidamente criadas e instituídas integram o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)

Origem: STF - Informativo: 1105

É necessária a união de esforços para o combate à criminalidade organizada e violenta, não se justificando, nos dias atuais da realidade brasileira, a atuação separada e estanque de cada uma das Polícias Federal, Cíveis e Militares e das Guardas Municipais. Isso porque todas fazem parte do Sistema Único de Segurança Pública.

Essa nova perspectiva de atuação na área de segurança pública fez com que o STF, no julgamento do RE 846.854/SP, reconhecesse que as Guardas Municipais executam atividade de segurança pública (art. 144, § 8º, da CF/88), essencial ao atendimento de necessidades inadiáveis da comunidade (art. 9º, § 1º).

O reconhecimento dessa posição institucional de órgão de segurança pública autorizou o Congresso Nacional a editar a Lei nº 13.675/2018, na qual as Guardas Municipais são inseridas como integrantes operacionais do Sistema Único de Segurança Pública (art. 9º, § 1º, VII).

Desse modo, de acordo com a Constituição, a lei e a jurisprudência do STF, a Guarda Municipal é órgão de segurança pública, integrante do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

STF. Plenário. ADPF 995/DF, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 28/8/2023 (Info 1105).

Após esse julgado o STJ decidiu que:

O fato de as guardas municipais não terem sido incluídas nos incisos do art. 144, caput, da CF não afasta a constatação de que elas exercem atividade de segurança pública e integram o Sistema Único de Segurança Pública. Isso, todavia, não significa que possam ter a mesma amplitude de atuação das polícias (STJ. 3ª Seção. HC 830.530-SP, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, julgado em 27/9/2023. Info 791).

O Estatuto Geral das Guardas Municipais (Lei Federal 13.022/2014) é constitucional

Origem: STF - Informativo: 1101

É constitucional a Lei federal nº 13.022/2014, que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais.

Essa lei não viola a autonomia dos municípios (art. 144, § 8º) e se limita a estabelecer critérios padronizados para a instituição, organização e exercício das guardas municipais.

A lei constitui norma geral, de competência da União, que, além de tratar da organização das guardas municipais em todos os municípios do País, reconhece a prerrogativa dos entes municipais para criá-las ou não, por lei, e para definir sua estrutura e funcionamento.

As guardas municipais podem exercer atividade fiscalizatória de trânsito e, conseqüentemente, a aplicação de multas previstas em lei, por significar fiel manifestação do poder de polícia. Ademais, revela-se legítimo o desempenho da atividade de segurança pública pelas guardas municipais.

STF. Plenário. ADI 5.780/DF, Rel. Min. Gilmar Mendes, **julgado em 01/7/2023** (Info 1101).

Lei estadual pode proibir que os policiais civis promovam ou participem de manifestações de apreço ou despreço às autoridades ou contra atos da Administração Pública

Origem: STF - Informativo: 1090

É compatível com o sistema normativo-constitucional vigente, norma estadual que veda a promoção ou a participação de policiais em manifestações de apreço ou despreço a quaisquer autoridades ou contra atos da Administração Pública em geral.

Caso concreto: lei do Estado de Pernambuco prevê que são transgressões disciplinares dos policiais civis: i) promover ou participar de manifestações de apreço ou despreço a quaisquer autoridades; ii) manifestar-se ou participar de manifestações contra atos da Administração Pública em geral.

Para o STF, essa previsão é compatível com a Constituição Federal.

As restrições preconizadas nessa lei estadual são adequadas, necessárias e proporcionais, especialmente se levarmos em conta que os policiais civis são agentes públicos armados cujas manifestações de apreço ou despreço relativamente a atos da administração em geral e/ou a autoridades públicas em particular podem implicar ofensa ao art. 5º, XVI, da Constituição, segundo o qual se reconhece a todos o direito de reunir-se pacificamente e "sem armas", fazendo-se necessária a conciliação entre esses valores constitucionais: de um lado, a liberdade de expressão dos policiais civis; de outro, a segurança e a ordem públicas, bem como a hierarquia e a disciplina que regem as organizações policiais.

STF. Plenário. ADPF 734/PE, Rel. Min. Dias Toffoli, **julgado em 13/4/2023** (Info 1090).

Lei federal não pode conceder anistia a policiais e bombeiros militares estaduais que praticaram infrações disciplinares

Origem: STF - Informativo: 1056

É formalmente inconstitucional norma federal que concede anistia a policiais e bombeiros militares estaduais por infrações disciplinares decorrentes da participação em movimentos reivindicatórios por melhorias de vencimentos e de condições de trabalho.

Caso concreto: a Lei federal nº 12.505/2011 concedeu anistia aos policiais e bombeiros militares de diversos Estados punidos por participar de movimentos reivindicatórios.

A União possui competência para legislar concedendo anistia para crimes. A anistia de infrações disciplinares cometidas por servidores estaduais deve ser concedida pelos próprios entes estaduais tendo em vista a autonomia que caracteriza a Federação brasileira. Quanto aos bombeiros e policiais militares, a competência estadual é realçada nos arts. 42 e 144, § 6º, da CF/88.

STF. Plenário. ADI 4869/DF, Rel. Min. Cármen Lúcia, julgado em 27/5/2022 (Info 1056).

É inconstitucional norma estadual que assegure a independência funcional a delegados de polícia, bem como que atribua à polícia civil o caráter de função essencial ao exercício da jurisdição e à defesa da ordem jurídica

Origem: STF - Informativo: 1044

A Constituição Federal, ao tratar dos órgãos de Administração Pública, escolheu aqueles que deveria ter assegurada autonomia.

Além de não assegurar autonomia à Polícia Civil, a Constituição Federal afirmou expressamente, no seu art. 144, § 6º, que ela deveria estar subordinada ao Governador do Estado.

A norma do poder constituinte decorrente que venha a atribuir autonomia funcional, administrativa ou financeira a outros órgãos ou instituições que não aquelas especificamente constantes da Constituição Federal, padece de vício de inconstitucionalidade material, por violação ao princípio da separação dos poderes.

STF. Plenário. ADI 5522/SP, Rel. Min. Gilmar Mendes, julgado em 18/2/2022 (Info 1044).

Os institutos de criminalística dos Estados podem ser instituídos como órgãos próprios, com autonomia formal, ou podem integrar os demais órgãos de segurança pública

Origem: STF - Informativo: 1020

Os Estados podem optar por garantir a autonomia formal aos institutos de criminalística ou podem integrá-los aos demais órgãos de segurança pública, sem que isso importe ofensa material à Constituição.

A existência, nos quadros da Administração Pública estadual, de órgão administrativo de perícias não gera obrigação de subordiná-lo à polícia civil.

STF. Plenário. ADI 6621/TO, Rel. Min. Edson Fachin, julgado em 7/6/2021 (Info 1020).

Não é possível que os Estados-membros criem órgão de segurança pública diverso daqueles que estão previstos no art. 144 da CF/88

Origem: STF - Informativo: 983

Não é possível que os Estados-membros criem órgão de segurança pública diverso daqueles que estão previstos no art. 144 da CF/88.

Os Estados-membros e o Distrito Federal devem seguir o modelo federal.

O art. 144 da Constituição aponta os órgãos incumbidos do exercício da segurança pública, sendo esse rol taxativo.

Assim, a Constituição Estadual não pode prever a criação de Polícia Científica como órgão integrante da segurança pública.

Vale ressaltar que nada impede que a Polícia Científica, criada pelo Estado-membro para ser o órgão responsável pelas perícias, continue a existir e a desempenhar suas funções, sem estar, necessariamente, vinculada à Polícia Civil. No entanto, deve-se afastar qualquer interpretação que lhe outorgue caráter de órgão de segurança pública.

STF. Plenário. ADI 2575/PR, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 24/6/2020 (Info 983).

Lei distrital não pode conferir porte de arma nem determinar o exercício de atividades de segurança pública a agentes e inspetores de trânsito

Origem: STF - Informativo: 987

A Constituição Federal, nos incisos do art. 144, estabelece quais são os órgãos de segurança pública. Esse rol é taxativo e de observância obrigatória pelo legislador infraconstitucional. Como consequência, os Estados-membros não podem atribuir o exercício de atividades de segurança pública a órgãos diversos daqueles previstos na Constituição Federal.

Assim, a lei distrital, ao estabelecer que os agentes de trânsito exercem atividades de segurança pública, possui vício de inconstitucionalidade material porque violou o rol taxativo dos órgãos encarregados da segurança pública previsto no art. 144 da CF/88.

Compete aos órgãos e agentes de trânsito estaduais, distritais e municipais o exercício da "segurança viária", que compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente (art. 144, § 10, da CF/88). As atividades de segurança viária não se confundem com "segurança pública".

Compete à União, nos termos do art. 21, VI; e 22, I, da Constituição, a definição dos requisitos para a concessão do porte de arma de fogo e dos possíveis titulares de tal direito, inclusive no que se refere a servidores públicos estaduais ou municipais, em prol da uniformidade da regulamentação do tema no país, questão afeta a políticas de segurança pública de âmbito nacional. Desse modo, é inconstitucional a lei distrital que disponha sobre porte de arma de fogo, criando hipóteses não previstas na legislação

federal de regência, notadamente a Lei federal nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento).

STF. Plenário. ADI 3996, Rel. Luiz Fux, julgado em 15/04/2020 (Info 987 – clipping).

4. LEI SECA

CAPÍTULO III DA SEGURANÇA PÚBLICA

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I.- Polícia federal;

II.- Polícia rodoviária federal;

III - Polícia ferroviária federal;

IV - Polícias civis;

V.- Polícias militares e corpos de bombeiros militares.

VI. - Polícias penais federal, estaduais e distrital. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019\)](#)

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

I. - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II. - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III. - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

IV.- exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

§ 3º A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 5º-A. Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019\)](#)

§ 6º As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019\)](#)

§ 7º A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades. [\(Vide Lei nº 13.675, de 2018\) Vigência](#)

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. [\(Vide Lei nº 13.022, de 2014\)](#)

§ 9º A remuneração dos servidores policiais integrantes dos órgãos relacionados neste artigo será fixada na forma do § 4º do art. 39. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998\)](#)

§ 10. A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas: [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 82, de 2014\)](#)

I - compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente; e [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 82, de 2014\)](#)

II - compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 82, de 2014\)](#)

5. QUESTÕES

1. QUESTÕES SEM COMENTÁRIOS

01 - João, estudioso do Direito Constitucional e da área de segurança pública, deparou-se com a existência de zonas de possível conflito na atuação da polícia federal e das polícias civis.

Ao fim de suas reflexões, concluiu, corretamente, que, de acordo com a sistemática constitucional:

- a) ambas as polícias possuem competência concorrente na apuração de infrações penais, distinguindo-se apenas em relação ao ente federativo mantenedor;
- b) as atribuições da polícia federal estão previstas, de maneira exaustiva, na ordem constitucional, não podendo ser ampliadas pela lei;
- c) à polícia federal compete apurar as infrações penais praticadas em detrimento das sociedades de economia mista da União;
- d) à polícia federal compete apurar as infrações penais praticadas em detrimento da ordem social;
- e) à polícia federal compete apurar toda e qualquer infração penal com repercussão interestadual.

02 - Mário logrou êxito em ser aprovado para o concurso da Polícia Penal do Estado Alfa. Após a posse no cargo e o início do regular exercício das respectivas funções, Mário atuará

- a) no policiamento ostensivo.
- b) na apuração de infrações penais.
- c) na preservação da ordem pública.
- d) na segurança de unidades prisionais.
- e) na execução de atividades de defesa civil.

03 - Em relação à Segurança Pública, com base na Constituição Federal do Brasil, analise as afirmações a seguir, associando "V" para a(s) afirmação(ões) Verdadeira(s) e "F" para a(s) Falsa(s). Ao final, assinale a alternativa com a sequência ADEQUADA.

- I. () Às polícias militares cabem o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

II. () A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade exclusiva das Polícias brasileiras.

III. () Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas ao policiamento ostensivo na circunscrição de seus territórios, conforme dispuser a lei.

IV. () A Polícia Civil pode exercer as funções de polícia judiciária da União, desde que haja convênio entre o Estado membro e o Poder Federal (Ministério da Justiça).

V. () As polícias militares e os corpos de bombeiros militares são forças auxiliares e reserva do Exército Brasileiro. VI. () As Polícias Militares, os Corpos de Bombeiros Militares, as Polícia Cíveis e as Polícias Penais subordinam-se aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

VII. () Às polícias cíveis, dirigidas por delegados, incumbem-se as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais de qualquer natureza.

VIII. () Às polícias penais, subordinadas administrativamente ao Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), cabe a segurança dos estabelecimentos penais municipais.

- a) V, F, F, F, V, V, F, F
- b) F, V, F, F, V, F, V, V
- c) V, V, V, F, F, V, V, F
- d) F, F, F, V, V, V, F, V
- e) V, F, F, F, F, F, V, V

04 - A Constituição Federal prevê, a partir de seu Art. 144, disposições sobre a segurança pública. De acordo com tais dispositivos, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Às Polícias Penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.
- b) Às Polícias Cíveis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- c) Às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos Corpos de Bombeiros Militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

d) Lei complementar disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

e) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

05 - Nos termos da Constituição Federal, incumbe a apuração das infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União à polícia

- a) civil do Distrito Federal.
- b) militar do Distrito Federal.
- c) federal.
- d) rodoviária federal.
- e) penal da União.

06 - A polícia ostensiva e a preservação da ordem pública são atribuições das

- a) forças armadas.
- b) guardas municipais.
- c) polícias civis.
- d) polícias militares.

07 - A segurança pública, de acordo com a Constituição Federal, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por intermédio, dentre outros, das

- a) polícias civis, a quem cabe exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.
- b) polícias militares, a quem cabe exercer as funções de polícia judiciária, inclusive da União.
- c) guardas municipais, responsáveis pela educação, engenharia e fiscalização de trânsito.
- d) polícias penais, responsáveis pela segurança dos estabelecimentos penais.
- e) polícias rodoviárias dos Estados, que exerce o patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

08 - A respeito dos órgãos responsáveis pela segurança pública previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a assertiva correta.

- a) Incumbe às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, apurar as infrações penais e militares.
- b) As polícias federal e rodoviária federal exercem, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
- c) A polícia rodoviária dos Estados e os agentes de trânsito dos Municípios, desde que estruturados em carreiras, na forma da lei, integram os órgãos de segurança pública.
- d) Os corpos de bombeiros militares, subordinados aos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, não se enquadram como forças auxiliares e reserva do Exército.
- e) Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.

09 - Acerca da Segurança Pública, prevista pelo Art. 144, da Constituição Federal, assinale a opção INCORRETA.

- a) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- b) Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.
- c) A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais e estaduais.
- d) A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.
- e) Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.

10 - Segundo o texto constitucional, as Guardas municipais serão constituídas pelos Municípios com o fim de:

- a) exercício da segurança viária.
- b) exercício das funções de polícia judiciária.
- c) proteção de seus bens, serviços e instalações.
- d) servir como forças auxiliares e reserva do Exército.
- e) administrar o sistema penal da unidade federativa a que pertencem.

11 - dispõe a Constituição Federal Brasileira de 1988, integram órgãos da segurança pública, EXCETO:

- a) policiais civis.
- b) policiais federais.
- c) policiais rodoviários federais.
- d) agentes socioeducativos.
- e) bombeiros militares.

12 - De acordo com o texto da Constituição Federal de 1988, assinale a opção que indica apenas órgãos de Segurança Pública.

- a) Corpos de Bombeiros Militares; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Ferroviária Federal e Polícias Penais.
- b) Polícia Federal; Polícias Militares; Polícias Cíveis e Guardas Municipais.
- c) Polícia Federal; Polícias Penais; Polícias Cíveis e Guardas Municipais.
- d) Corpos De Bombeiros Militares; Polícias Militares; Forças Armadas e Polícias Cíveis.
- e) Polícias Militares; Polícia Federal; Força Nacional De Segurança Pública e Polícias Cíveis.

13 - A garantia dos direitos e valores fundamentais do Estado Democrático de Direito, na Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário, é

- a) ignorada.
- b) irrelevante.
- c) obstáculo.
- d) princípio.
- e) proibida.

14 - Considerada dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, a segurança pública é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Entre os órgãos que a exercem, estão a(s)

- a) polícia federal, a polícia rodoviária federal e a segurança privada dos municípios.
- b) polícias civis, as polícias militares e os corpos de bombeiros militares da União e dos estados.
- c) polícias penais, federal, estaduais e municipais.
- d) polícias civis, a polícia federal e a polícia ferroviária federal.
- e) polícias civis, as polícias militares, os corpos de bombeiros militares e as polícias ferroviárias estaduais

15 - De acordo com a CF, às polícias civis cabe a:

- a) execução de atividades de defesa civil.
- b) apuração de infrações penais, exceto as militares.
- c) função de polícia de fronteira dos estados da federação.
- d) função de polícia judiciária da União.
- e) função de polícia ostensiva e judiciária.

16 - Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, entre outras atribuições, destina-se a:

- a) defesa da pátria.
- b) defesa dos poderes constitucionais.
- c) garantia da lei e da ordem.
- d) preparar e empregar o poder naval.
- e) exercer a função de polícia marítima.

17 - Conforme a Constituição Federal de 1988, a segurança pública constitui dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. A esse respeito, de acordo com o texto constitucional de 1988, a execução de atividades de defesa civil é designada à (ao)

- a) Polícia Federal.
- b) Polícia Rodoviária Federal.
- c) Corpo de Bombeiros Militar do Estado.
- d) Polícia Militar.
- e) Polícia Ferroviária Federal.

18 - Complete a lacuna e em seguida assinale a alternativa com a resposta correta.

A _____ é o órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira e destina-se a exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.

- a) Polícia Rodoviária Federal

- b) Polícia Federal
- c) Polícia Militar
- d) Polícia Civil

19 - Assinale a alternativa correta conforme a Constituição Federal.

- a) À polícia rodoviária federal compete, na forma da lei, a apuração de infrações penais nas rodovias federais.
- b) A polícia federal exerce, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
- c) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e dos interesses coletivos ou individuais da categoria, excetuadas as questões judiciais ou administrativas.
- d) É livre a manifestação do pensamento, sendo garantido o anonimato.
- e) A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse privado o exigirem.

20 - Assinale a alternativa correta consoante o disposto na Constituição Federal.

- a) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho e o direito à vida.
- b) Não haverá penas de caráter perpétuo e de morte, ainda que em caso de guerra declarada.
- c) Construir uma sociedade livre, justa e solidária é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- d) Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.
- e) Às polícias militares incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais.

GABARITO

01 D	06 D	11 D	16 E
02 D	07 D	12 A	17 C
03 A	08 E	13 D	18 B
04 D	09 C	14 D	19 B
05 C	10 C	15 B	20 D

5.2 QUESTÕES COM COMENTÁRIOS

01 - João, estudioso do Direito Constitucional e da área de segurança pública, deparou-se com a existência de zonas de possível conflito na atuação da polícia federal e das polícias civis.

Ao fim de suas reflexões, concluiu, corretamente, que, de acordo com a sistemática constitucional:

- a) ambas as polícias possuem competência concorrente na apuração de infrações penais, distinguindo-se apenas em relação ao ente federativo mantenedor;
- b) as atribuições da polícia federal estão previstas, de maneira exaustiva, na ordem constitucional, não podendo ser ampliadas pela lei;
- c) à polícia federal compete apurar as infrações penais praticadas em detrimento das sociedades de economia mista da União;
- d) à polícia federal compete apurar as infrações penais praticadas em detrimento da ordem social;
- e) à polícia federal compete apurar toda e qualquer infração penal com repercussão interestadual.

COMENTÁRIO

Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRA D

João, estudioso do Direito Constitucional e da área de segurança pública, deparou-se com a existência de zonas de possível conflito na atuação da polícia federal e das polícias civis. Ao fim de suas reflexões, concluiu, corretamente, que, de acordo com a sistemática constitucional:

d) à polícia federal compete apurar as infrações penais praticadas em detrimento da ordem social;

Correta, à luz do art. 144, § 1º, I, da Constituição Federal.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

...

§ 1º - A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

...

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

Portanto, gabarito letra: D

02 - Mário logrou êxito em ser aprovado para o concurso da Polícia Penal do Estado Alfa. Após a posse no cargo e o início do regular exercício das respectivas funções, Mário atuará

- a) no policiamento ostensivo.
- b) na apuração de infrações penais.
- c) na preservação da ordem pública.
- d) na segurança de unidades prisionais.
- e) na execução de atividades de defesa civil.

COMENTÁRIO

Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRA D

Mário logrou êxito em ser aprovado para o concurso da Polícia Penal do Estado Alfa. Após a posse no cargo e o início do regular exercício das respectivas funções, Mário atuará:

d) na segurança de unidades prisionais.

Correta, em consonância com competência prevista no §5º-A, do art. 144, da Constituição, introduzido pela Emenda Constitucional 104/2019.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

...

VI - polícias penais federal, estaduais e distrital. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019)

...

§ 5º-A. Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019)

A **polícia penal**, criada pela EC 104/2019, é órgão responsável pela segurança do sistema prisional federal, estadual e do Distrito Federal (art. 144, § 5º). Nos termos do art. 4º, da EC 104/2019, os quadros da corporação serão compostos pela transformação dos cargos dos atuais agentes penitenciários e equivalentes, além da realização de concursos públicos para preenchimento das vagas. Com a transformação dos cargos em carreira policial e órgão constitucional de segurança pública, os agentes penitenciários foram equiparados aos membros das demais polícias, com atribuições específicas, cujas atribuições serão reguladas em lei:

Art. 4º O preenchimento do quadro de servidores das polícias penais será feito, exclusivamente, por meio de concurso público e por meio da transformação dos cargos isolados, dos cargos de carreira dos atuais agentes penitenciários e dos cargos públicos equivalentes.

Portanto, gabarito letra: D

03 - Em relação à Segurança Pública, com base na Constituição Federal do Brasil, analise as afirmações a seguir, associando "V" para a(s) afirmação(ões) Verdadeira(s) e "F" para a(s) Falsa(s). Ao final, assinale a alternativa com a sequência ADEQUADA.

I. () Às polícias militares cabem o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

II. () A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade exclusiva das Polícias brasileiras.

III. () Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas ao policiamento ostensivo na circunscrição de seus territórios, conforme dispuser a lei.

IV. () A Polícia Civil pode exercer as funções de polícia judiciária da União, desde que haja convênio entre o Estado membro e o Poder Federal (Ministério da Justiça).

V. () As polícias militares e os corpos de bombeiros militares são forças auxiliares e reserva do Exército Brasileiro. VI. () As Polícias Militares, os Corpos de Bombeiros Militares, as Polícia Cíveis e as Polícias Penais subordinam-se aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

VII. () Às polícias civis, dirigidas por delegados, incumbem-se as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais de qualquer natureza.

VIII. () Às polícias penais, subordinadas administrativamente ao Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), cabe a segurança dos estabelecimentos penais municipais.

- a) V, F, F, F, V, V, F, F
- b) F, V, F, F, V, F, V, V
- c) V, V, V, F, F, V, V, F
- d) F, F, F, V, V, V, F, V
- e) V, F, F, F, F, F, V, V

COMENTÁRIO

Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRA A

I.(Verdadeiro) Às polícias militares cabem o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

Faz parte das competências das polícias militares o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

CF/88

Art. 144

§ 5º *Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.*

II.(Falso) A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade **exclusiva das Polícias brasileiras.**

Conforme a literalidade do **art. 144, da CF/88**, a segurança pública se trata de dever do Estado, sendo considerado um direito e **responsabilidade de todos** e em prol da preservação da ordem pública assim como da incolumidade das pessoas e do patrimônio público, sendo a mesma exercida a partir dos órgãos identificados como Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis, Polícias Militares, Corpos de Bombeiros Militares e polícias penais federal, estaduais e distrital.

CF/88

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I. – polícia federal;

II. – polícia rodoviária federal;

III. – polícia ferroviária federal;

IV. – polícias civis;

V. – polícias militares e corpos de bombeiros militares;

VI. – polícias penais federal, estaduais e distrital

III. (**Falso**) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas ao **policciamento ostensivo** na circunscrição de seus territórios, conforme dispuser a lei.

Conforme determina a Constituição Federal os Municípios não possuem força policial própria, sendo uma prerrogativa sua estabelecer a criação de **guardas municipais**, que não se tratam de órgãos policiais e possuem atuação **exclusivamente** destinada à proteção dos bens, serviços e instalações do Município e não podendo realizar policiamento ostensivo e preventivo.

CF/88

Art. 144

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

IV. (**Falso**) A Polícia Civil pode exercer as funções de polícia judiciária da União, desde que haja convênio entre o Estado membro e o Poder Federal (Ministério da Justiça).

A função de polícia judiciária da União é exercida **exclusivamente pela polícia federal**.

CF/88

Art. 144

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

IV – exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

V. (**Verdadeiro**) As polícias militares e os corpos de bombeiros militares são forças auxiliares e reserva do Exército Brasileiro.

A partir da condição de forças auxiliares do Exército, as polícias militares assim como os corpos de bombeiros militares subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

CF/88

Art. 144

§ 6º As polícias militares e os corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

VI.(Verdadeiro) As Polícias Militares, os Corpos de Bombeiros Militares, as Polícia Civil e as Polícias Penais subordinam-se aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

Conforme a explicação anterior.

VII.(Falso) Às polícias civis, dirigidas por delegados, incumbem-se as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais de qualquer natureza.

É estabelecida às polícias civis, que são dirigidas por delegados de polícia de carreira, **ressalvada a competência da União**, as funções de polícia judiciária e a apuração de **infrações penais**, **exceto** em relação em relação as de natureza militar.

CF/88

Art. 144

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, **ressalvada a competência da União**, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, **exceto as militares**.

VIII.(Falso) Às polícias penais, subordinadas administrativamente ao Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), cabe a segurança dos estabelecimentos penais municipais.

As polícias penas vinculam-se diretamente ao **órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem**.

CF/88

Art. 144

§ 5º-A. Às polícias penais, vinculadas ao **órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem**, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.

Portanto, gabarito letra: A

04 - A Constituição Federal prevê, a partir de seu Art. 144, disposições sobre a segurança pública. De acordo com tais dispositivos, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Às Polícias Penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.
- b) Às Polícias Civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- c) Às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos Corpos de Bombeiros Militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

d) Lei complementar disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

e) Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

COMENTÁRIO

Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRA D

Dentre as disposições contidas no **art. 144 da CF/88**, faz parte a de definir que deverá correr por meio de **lei ordinária** as regras que disciplinam a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

CF/88

Art. 144

§ 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares. **(Alternativa B)**

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil. **(Alternativa C)**

§ 5º-A. Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais. **(Alternativa A)**

§ 7º **A lei** disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei. **(Alternativa E)**

Portanto, gabarito letra:

05 - Nos termos da Constituição Federal, incumbe a apuração das infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União à polícia

- a) civil do Distrito Federal.
- b) militar do Distrito Federal.
- c) federal.
- d) rodoviária federal.
- e) penal da União.

COMENTÁRIO

Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRA C

De acordo com a inteligência do **inciso I do § 1º do art. 144 da CF/88**, faz parte das atribuições da **polícia federal**, a **apuração de infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas**.

CF/88

Art. 144

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I – apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

Portanto, gabarito letra: C

06 - A polícia ostensiva e a preservação da ordem pública são atribuições das

- a) forças armadas.
- b) guardas municipais.
- c) polícias civis.
- d) polícias militares.

COMENTÁRIO

Caveiras negras, o gabarito correto da questão é **LETRA D**

Conforme o disposto no § 5º do art. 142 da CF/88, é de **competência das polícias militares** a atividade da polícia ostensiva assim como a preservação da ordem pública, enquanto ao corpo de bombeiros militares compete, além das atribuições definidas em lei, a execução de atividades de defesa civil.

CF/88

Art. 142. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

Portanto, gabarito letra: D

07 - A segurança pública, de acordo com a Constituição Federal, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por intermédio, dentre outros, das

- a) polícias civis, a quem cabe exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.
- b) polícias militares, a quem cabe exercer as funções de polícia judiciária, inclusive da União.
- c) guardas municipais, responsáveis pela educação, engenharia e fiscalização de trânsito.
- d) polícias penais, responsáveis pela segurança dos estabelecimentos penais.
- e) polícias rodoviárias dos Estados, que exerce o patrulhamento ostensivo das rodovias federais.

COMENTÁRIO

Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRA D

d) polícias penais, responsáveis pela segurança dos estabelecimentos penais.

Correto: Se trata de competência vinculada a atuação das polícias penais, que são vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, a segurança dos estabelecimentos penais.

CF/88

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

5º-A. Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.

Portanto, gabarito letra: D

08 - A respeito dos órgãos responsáveis pela segurança pública previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a assertiva correta.

- a) Incumbe às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, apurar as infrações penais e militares.
- b) As polícias federal e rodoviária federal exercem, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
- c) A polícia rodoviária dos Estados e os agentes de trânsito dos Municípios, desde que estruturados em carreiras, na forma da lei, integram os órgãos de segurança pública.
- d) Os corpos de bombeiros militares, subordinados aos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, não se enquadram como forças auxiliares e reserva do Exército.
- e) Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.

COMENTÁRIO

Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRA E

e) Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.

Correto: A alternativa reproduz o disposto no § 5º-A, que define que compete às polícias penais, que são vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, a segurança dos estabelecimentos penais.

CF/88

Art. 144

§ 5º-A. Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.

Portanto, gabarito letra: E

09 - Acerca da Segurança Pública, prevista pelo Art. 144, da Constituição Federal, assinale a opção INCORRETA.

- a) Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
- b) Os municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.
- c) A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais e estaduais.
- d) A polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais.
- e) Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.

COMENTÁRIO

Caveiras negras, o gabarito correto da questão é **LETRA C**

c) A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais e **estaduais**.

ERRADO. À PRF cumpre o patrulhamento de **rodovias FEDERAIS** apenas. Observe: Art. 144 (...)

§ 2º A polícia rodoviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das **rodovias federais**.

Sendo a única alternativa **incorreta**, é o gabarito a ser assinalado.

Portanto, gabarito letra: C

10 - Segundo o texto constitucional, as Guardas municipais serão constituídas pelos Municípios com o fim de:

- a) exercício da segurança viária.
- b) exercício das funções de polícia judiciária.
- c) proteção de seus bens, serviços e instalações.
- d) servir como forças auxiliares e reserva do Exército.
- e) administrar o sistema penal da unidade federativa a que pertencem.

COMENTÁRIO

Caveiras negras, o gabarito correto da questão é **LETRA C**

O texto constitucional, em seu artigo 144, §8º determina que:

§ 8º Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.

Assim sendo, resta claro que a **Letra C é o nosso gabarito** e fica evidente o erro das demais alternativas.

Portanto, gabarito letra: C

11 - Conforme dispõe a Constituição Federal Brasileira de 1988, integram órgãos da segurança pública, EXCETO:

- a) policiais civis.
- b) policiais federais.
- c) policiais rodoviários federais.
- d) agentes socioeducativos.
- e) bombeiros militares.

COMENTÁRIO

Caveiras negras, o gabarito correto da questão é **LETRA D**

Questão que exige mera memorização da literalidade do caput do artigo 144 da CF, que elenca quais são os órgãos responsáveis pela segurança pública no Brasil, senão vejamos:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I.- polícia federal;

II.- polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

VI - polícias penais federal, estaduais e distrital.

Assim sendo, resta claro que a Letra D é o nosso gabarito por trazer a exceção exigida pelo enunciado.

GABARITO: LETRA D

12 - De acordo com o texto da Constituição Federal de 1988, assinale a opção que indica apenas **órgãos de Segurança Pública**.

- a)Corpos de Bombeiros Militares; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Ferroviária Federal e Polícias Penais.
- b) Polícia Federal; Polícias Militares; Polícias Civis e Guardas Municipais.
- c) Polícia Federal; Polícias Penais; Polícias Civis e Guardas Municipais.
- d) Corpos De Bombeiros Militares; Polícias Militares; Forças Armadas e Polícias Civis.
- e)Polícias Militares; Polícia Federal; Força Nacional De Segurança Pública e Polícias Civis.

COMENTÁRIO

Caveiras negras, o gabarito correto da questão é **LETRA A**

De acordo com o texto da Constituição Federal de 1988, assinale a opção que indica apenas **órgãos** de **Segurança Pública**.

a) Corpos de Bombeiros Militares; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Ferroviária Federal e Polícias Penais.

Correta, de acordo com o art. 144 da CF/1988, com a redação da Emenda Constitucional 104/2019, que incluiu o inciso VI e criou as polícias penais:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I.- polícia federal;

II.- polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V.- polícias militares e corpos de bombeiros militares.

VI.- polícias penais federal, estaduais e distrital. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019)

A **polícia penal**, criada pela EC 104/2019, é órgão responsável pela segurança do sistema prisional federal, estadual e do Distrito Federal (art. 144, § 5º). Nos termos do art. 4º, da EC 104/2019, os quadros da corporação serão compostos pela transformação dos cargos dos atuais agentes penitenciários e equivalentes, além da realização de concursos públicos para preenchimento das vagas. Com a transformação dos cargos em carreira policial e órgão constitucional de segurança pública, os agentes penitenciários foram equiparados aos membros das demais polícias, com atribuições específicas, cujas atribuições serão reguladas em lei:

Art. 4º O preenchimento do quadro de servidores das polícias penais será feito, exclusivamente, por meio de concurso público e por meio da transformação dos cargos isolados, dos cargos de carreira dos atuais agentes penitenciários e dos cargos públicos equivalentes.

Portanto, gabarito letra: A

13 - A garantia dos direitos e valores fundamentais do Estado Democrático de Direito, na Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário, é

- a) ignorada.
- b) irrelevante.
- c) obstáculo.
- d) princípio.
- e) proibida.

COMENTÁRIO

Caveiras negras, o gabarito correto da questão é **LETRA D**

A questão se refere a um dos princípios da política nacional de segurança do Poder Judiciário, que se trata da preservação da vida e garantia dos direitos e valores fundamentais do Estado Democrático de Direito.

Resolução Nº 435

Art. 4º A política nacional de segurança do Poder Judiciário é regida pelos seguintes princípios:

I – preservação da vida e garantia dos direitos e valores fundamentais do Estado Democrático de Direito;

Portanto, gabarito letra: D

14 - Considerada dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, a segurança pública é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Entre os órgãos que a exercem, estão a(s)

- a) polícia federal, a polícia rodoviária federal e a segurança privada dos municípios.
- b) polícias civis, as polícias militares e os corpos de bombeiros militares da União e dos estados.
- c) polícias penais, federal, estaduais e municipais.
- d) polícias civis, a polícia federal e a polícia ferroviária federal.
- e) polícias civis, as polícias militares, os corpos de bombeiros militares e as polícias ferroviárias estaduais

COMENTÁRIO

Caveiras negras, o gabarito correto da questão é **LETRA D**

Considerada dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, a segurança pública é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Entre os órgãos que a exercem, estão a(s):

d) polícias civis, a polícia federal e a polícia ferroviária federal.

Correta, nos termos do art. 144, I, III e IV, da CF/1988:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

I.- polícia federal;

II.- polícia rodoviária federal;

III - polícia ferroviária federal;

IV - polícias civis;

V.- polícias militares e corpos de bombeiros militares.

VI.- polícias penais federal, estaduais e distrital. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019)

Portanto, gabarito letra: D

15 - De acordo com a CF, às polícias civis cabe a:

- a) execução de atividades de defesa civil.
- b) apuração de infrações penais, exceto as militares.
- c) função de polícia de fronteira dos estados da federação.
- d) função de polícia judiciária da União.
- e) função de polícia ostensiva e judiciária.

COMENTÁRIO

Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRA B

Segundo a CF/1988:

*Art. 144, § 4º Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a **apuração de infrações penais, exceto as militares.***

Portanto, **gabarito letra "B"**.

16 - Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a Polícia Federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, entre outras atribuições, destina-se a:

- a) defesa da pátria.
- b) defesa dos poderes constitucionais.
- c) garantia da lei e da ordem.
- d) preparar e empregar o poder naval.
- e) exercer a função de polícia marítima.

COMENTÁRIO

Gabarito: letra E.

*Segundo a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a **Polícia Federal**, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, entre outras atribuições, **destina-se a:***

e) exercer a função de polícia marítima.

Correta, nos termos do art. 144, §1º, III da CF/1988:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

...

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I.- apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II.- prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III.- exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

IV.- exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Portanto, gabarito letra: E

17 - Conforme a Constituição Federal de 1988, a segurança pública constitui dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da

ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. A esse respeito, de acordo com o texto constitucional de 1988, a execução de atividades de defesa civil é designada à (ao)

- a) Polícia Federal.
- b) Polícia Rodoviária Federal.
- c) Corpo de Bombeiros Militar do Estado.
- d) Polícia Militar.
- e) Polícia Ferroviária Federal.

COMENTÁRIO

Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRA C

Conforme a Constituição Federal de 1988, a segurança pública constitui dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. A esse respeito, de acordo com o texto constitucional de 1988, a execução de atividades de defesa civil é designada à *(ao)*

c) Corpo de Bombeiros Militar do Estado.

Correta. As atividades de defesa civil são executadas pelos Estados, tanto pelos órgãos próprios quanto pelo corpo de bombeiros militar, nso termos do art. 4º, § 5º, da CF:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

...

V - polícias militares e corpos de bombeiros militares.

...

§ 5º Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.



Importante!

Mas você pergunta: e a **Força Nacional de Segurança?**

A Força Nacional de Segurança, é vinculada ao Ministério da Justiça foi uma instituição criada em 2004 para atender a necessidades emergenciais dos estados federados, em situações onde se fazem necessárias uma interferência maior do poder público ou for detectada urgência de reforço na área de segurança.

É integrada por policiais e bombeiros selecionados entre os grupos de elite dos Estados, que passam por treinamento na Academia Nacional da Polícia Federal. Não se constituem, portanto, de integrantes de uma categoria, distinta, específica. Também não são integrados por elementos das Forças Armadas, não obstante possam com elas atuar em conjunto, estrategicamente, em determinadas operações.

A Força Nacional não adquiriu, portanto, status constitucional, não integrando o rol taxativo estabelecido pela Constituição.

Lembro a você da recente edição da Emenda Constitucional 82, de 16 de julho de 2014, que incluiu o § 10 no art. 144 da Constituição Federal:

Art. 144....

§ 10. A segurança viária, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do seu patrimônio nas vias públicas:

I - compreende a educação, engenharia e fiscalização de trânsito, além de outras atividades previstas em lei, que assegurem ao cidadão o direito à mobilidade urbana eficiente; e

II - compete, no âmbito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, aos respectivos órgãos ou entidades executivos e seus agentes de trânsito, estruturados em Carreira, na forma da lei.

A referida Emenda constitucionalizou os órgãos e a carreira dos agentes de trânsito, no âmbito dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, integrando-os no capítulo da segurança pública. Entretanto, cuidado pois a Emenda também não incluiu os órgãos e agentes de trânsito dentro do rol taxativo do art. 144.

Portanto, gabarito letra: C

18 - Complete a lacuna e em seguida assinale a alternativa com a resposta correta.

A _____ é o órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira e destina-se a exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.

- a) Polícia Rodoviária Federal
- b) Polícia Federal
- c) Polícia Militar
- d) Polícia Civil

COMENTÁRIO

Caveiras negras, o gabarito correto da questão é **LETRA B**

Complete a lacuna e em seguida assinale a alternativa com a resposta **correta**.

A **Polícia Federal** é o órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira e destina-se a exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras. É o que estabelece o art. 144, § 1º, III, da Constituição Federal:

Art. 144.....

§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

I.- apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II.- prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III.- exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998)

IV.- exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

A **polícia judiciária** é aquela destinada a **reprimir as infrações penais e apresentar os infratores para a devida punição**, excetuando-se os crimes militares. Tem também a função de **investigar os delitos não evitados pela polícia preventiva ou administrativa (normalmente a polícia militar)**, incluídas aí as tarefas de investigação, autópsia e perícias em geral. Essas atividades de natureza técnico-científica são exercidas pelos Institutos de Criminalística, de Medicina Legal e Institutos de Identificação.

Os órgãos que exercem função de polícia judiciária são a **polícia federal** e a **polícia civil**, nos termos do art. 144, § 1º, IV e § 4º.

Portanto, gabarito letra: B

19 - Assinale a alternativa correta conforme a Constituição Federal.

- a) À polícia rodoviária federal compete, na forma da lei, a apuração de infrações penais nas rodovias federais.
- b) A polícia federal exerce, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
- c) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e dos interesses coletivos ou individuais da categoria, excetuadas as questões judiciais ou administrativas.
- d) É livre a manifestação do pensamento, sendo garantido o anonimato.
- e) A lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse privado o exigirem.

COMENTÁRIO

Caveiras negras, o gabarito correto da questão é **LETRA B**

Assinale a alternativa correta conforme a Constituição Federal.

b) A polícia federal exerce, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.

Certa, nos termos do art. 144, §1º, IV, da CF. A **polícia judiciária** é aquela destinada a reprimir as infrações penais e apresentar os infratores para a devida punição, excetuando-se os crimes militares. Tem também a função de investigar os delitos não evitados pela polícia preventiva ou administrativa (*normalmente a polícia militar*), incluídas aí as tarefas de investigação, autópsia e perícias em geral. Essas atividades de natureza técnico-científica são exercidas pelos Institutos de Criminalística, de Medicina Legal e Institutos de Identificação. Os órgãos que exercem função de polícia judiciária são a **polícia federal** e a **polícia civil**, nos termos do art. 144, § 1º, IV e § 4º da CF:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

*§ 1º - A **polícia federal**, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: (...)*

*IV - exercer, com exclusividade, as funções de **polícia judiciária** da União.*

....

*§ 4º - às **polícias civis**, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de **polícia judiciária** e a apuração de infrações penais, exceto as militares.*

Portanto, gabarito letra: B

20 - Assinale a alternativa correta consoante o disposto na Constituição Federal.

- a) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho e o direito à vida.

- b) Não haverá penas de caráter perpétuo e de morte, ainda que em caso de guerra declarada.
- c) Construir uma sociedade livre, justa e solidária é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- d) Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.
- e) Às polícias militares incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais.

COMENTÁRIO

Caveiras negras, o gabarito correto da questão é LETRA D

Assinale a alternativa correta consoante o disposto na Constituição Federal.

d) Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais.

Correta, consoante o §5º-A, do art. 144 da CF/1988, introduzido pela Emenda Constitucional 104/2019:

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

...

§ 5º-A. Às polícias penais, vinculadas ao órgão administrador do sistema penal da unidade federativa a que pertencem, cabe a segurança dos estabelecimentos penais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 104, de 2019)

Portanto, gabarito letra: D

GABARITO

01 D	06 D	11 D	16 E
02 D	07 D	12 A	17 C
03 A	08 E	13 D	18 B
04 D	09 C	14 D	19 B
05 C	10 C	15 B	20 D

6. CONCLUSÃO

Concluído!!! #CAVEIRA.

Grande abraço e até a próxima.